



Revolução Bolivariana: História e Historiografia (1999-2022)¹

Bolivarian Revolution: history and historiography (1999-2022)

Rafael Araujo

<https://orcid.org/0000-0001-7551-6448>

Professor Adjunto de História da América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)/UERJ e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ.

<http://lattes.cnpq.br/520033057630145>

rafa.ara@gmail.com

¹ Uma versão ampliada deste capítulo foi originalmente publicada no Volume 2 do livro *Trajetórias Americanas*. Ver: Araujo (2022).

Resumo

Em fevereiro de 1999, Hugo Chávez assumiu a presidência venezuelana. Naquela ocasião, poucos imaginavam que o militar, líder de uma frustrada tentativa de golpe de Estado em 04 de fevereiro de 1992, se tornaria um dos principais personagens da história latino-americana. Constantemente lembrado por políticos e ativistas sociais dos variados campos políticos da região, para o mal ou para o bem, o seu espectro ainda ronda o nosso imaginário político, mesmo passados dez anos do seu falecimento, ocorrido em 05 de março de 2013. Sejam para elogios ou críticas, os seus 14 anos de governo não foram esquecidos. Assim, debateremos neste artigo a história e a historiografia da revolução bolivariana com o intuito de avaliar os rumos assumidos por este importante processo histórico latino-americano.

Palavras-chave

Venezuela. Revolução Bolivariana. Historiografia.

Bolivarian Revolution: history and historiography (1999-2022)

Abstract

In February 1999, Hugo Chávez took over the Venezuelan presidency. At that time, few people imagined that the military man, leader of a frustrated coup d'état attempt on February 4, 1992, would become one of the main characters in Latin American history. Constantly remembered by politicians and social activists from various political spectra in the region for better or worse, his specter still haunts our political imagination, even ten years after his death, which occurred on March 5, 2013. Either for being praised or criticized, his 14 years of government have not been forgotten. Therefore, in this article we will discuss the history and historiography of the Bolivarian revolution aiming to evaluate the directions taken within this important Latin American historical process.

Keywords

Venezuela. Bolivarian Revolution. Historiography.



1. Considerações iniciais

Em fevereiro de 1999, Hugo Chávez assumiu a presidência venezuelana. Naquela ocasião, poucos imaginavam que o militar, líder de uma frustrada tentativa de golpe de Estado em 04 de fevereiro de 1992, se tornaria um dos principais personagens da história latino-americana.

Constantemente lembrado por políticos e ativistas sociais dos variados campos políticos da região, para o mal ou para o bem, o seu espectro ainda ronda o nosso imaginário político, mesmo passados dez anos do seu falecimento, ocorrido em 05 de março de 2013. Sejam para elogios ou críticas, os seus 14 anos de governo não foram esquecidos. Há vários motivos para isso. Ele liderou a mais importante revolução ocorrida na região desde as revoluções cubana (1959) e chilena (1970). Este fato, em comunhão com a sua liderança carismática², fez dele um dos mais importantes líderes da esquerda continental desde Fidel Castro. Em razão disso, as disputas de memória em torno do seu governo e do seu legado fizeram com que a sua sombra ainda possa ser vista em nossas sociedades.

Talvez, os distintos usos da imagem de Chávez e as divergências nas análises e nas narrativas acerca da revolução bolivariana permaneçam por alguns anos. A aguçada polarização política entre as esquerdas e as direitas nos últimos anos nos leva a esse diagnóstico. O reaquecimento da luta de classes em nosso continente, a partir de 2009, ocasião do golpe de Estado em Honduras³, tornou as disputas de memória sobre as experiências governamentais da onda rosa⁴ um fato que mobiliza os diversos grupamentos políticos. Neste sentido, a importância das análises desta revolução e as controvérsias em torno do governo de Chávez tornaram-se constantes nos meios acadêmicos e políticos da América Latina.

² O conceito de carisma foi desenvolvido por Max Weber (2009) com o intuito de avaliar uma forma de poder e analisar os possíveis tipos de domínio com sua influência no aparelho burocrático. Segundo ele, a autoridade do líder carismático não se sustentaria na tradição ou na legalidade, mas em seus dons políticos excepcionais e no tipo de missão por ele liderada. Os segmentos sociais que reconhecem os seus atributos pessoais e se identificam com os seus propósitos, agem para legitimar os seus objetivos políticos. Em sua tipologia, há a distinção entre o domínio legítimo e o não legítimo. O domínio carismático enquadra-se no primeiro item e é sustentado no reconhecimento dos poderes e das qualidades do chefe. O chefe carismático possui criatividade, iniciativa política e, pelos seus atributos pessoais e capacidade de liderança, tem condições, em uma democracia de massas, em lograr êxito eleitoral em condições de sufrágio universal.

³ Sobre os golpes de Estado ocorridos na América Latina a partir de 2009, ver: Araujo (2021), Coelho e Mendes (2020), Silva (2018) e Tokatlian (2009).

⁴ A expressão “onda rosa” refere-se ao momento político da história latino-americana ocorrido no início do século XXI. A partir da eleição de Hugo Chávez, assistimos a uma sucessão de vitórias em diversos escrutínios de lideranças políticas de esquerda. Embora apresentassem perspectivas políticas e programáticas diferenciadas, consistiram em experiências plurais e antissistêmicas que marcaram um novo período da nossa história. Em razão disso, presenciamos o predomínio político da esquerda na região. Para um aprofundamento deste debate.



O carismático comandante venezuelano foi o principal condutor da revolução bolivariana. Apesar de sua significância, a centralização deste processo histórico em sua figura gerou perniciosas consequências para o processo, dentre as quais destacamos a burocratização promovida por funcionários públicos, por integrantes da cúpula do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) e membros Forças Armadas, de acordo com o destacado por Guerrero (2013) e Granell (2016).

Tendo isso em vista, analisaremos, neste artigo, as mais de duas décadas da revolução bolivariana. Faremos um balanço histórico e historiográfico deste processo e analisaremos, ainda que brevemente, a profunda crise que a Venezuela atravessa desde 2015. Não conseguiremos esgotar este importante debate, em virtude das limitações de páginas deste trabalho. Porém, o colapso humanitário atravessado pelo país, que deslocou aproximadamente 7,7 milhões de venezuelanos, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)⁵, motiva a necessidade de uma breve diferenciação das gestões de Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

Eles não estão perfilados na mesma prateleira de líderes revolucionários da história da América Latina e, como um tributo a Chávez, acreditamos na pertinência desta diferenciação. Os distintos usos do seu espectro e o momento político da região, onde a ascensão das direitas leva setores da esquerda a terem um olhar pouco crítico sobre a gestão de Maduro e o quanto ele desvirtuou a revolução bolivariana, motiva a sintética avaliação que faremos ao final deste trabalho.

2. A revolução bolivariana: um breve balanço histórico e historiográfico

O início do mandato presidencial de Hugo Chávez, em fevereiro de 1999, marcou uma nova fase política da história latino-americana. A onda rosa, anteriormente definida, foi notabilizada pela multiplicidade de governos de esquerda, que tiveram na heterogeneidade programática uma característica central. Portanto, diferenciá-las é fundamental.

Segundo Leyton (2009), na Bolívia, no Equador e na Venezuela tivemos governos revolucionários neste início de século XXI. Estes foram marcados pelas proposições anticapitalista, antineoliberal, anticolonial e pró-socialista. Em sua avaliação, as transformações políticas e institucionais foram fundamentais nestes processos, pois não houve alterações no controle da propriedade privada dos meios de produção ou na estrutura de classes. As mudanças institucionais

⁵ Sobre a situação dos migrantes e refugiados venezuelanos e o colapso humanitário do país, consultar: <https://www.acnur.org/situacion-en-venezuela.html> Acesso em: 19 de dezembro de 2023.



foram centrais e as novas Cartas Magnas simbolizaram a refundação nacional, consistindo nos principais emblemas destas revoluções.

Ao abordar o caso venezuelano, Steve Ellner (2012) defendeu premissas próximas a de Leyton. De acordo com o autor, embora radical, o chavismo não possuiu correlação com outras experiências históricas do socialismo real, como a cubana ou chinesa, ou, ainda, com os governos social-democratas europeus da segunda metade do século XX. Segundo ele, o chavismo foi uma experiência original e deve ser refletido a partir desta singularidade, em especial, no que tange a defesa da participação popular, que, para nós, foi um dos marcos mais significativos desta experiência.

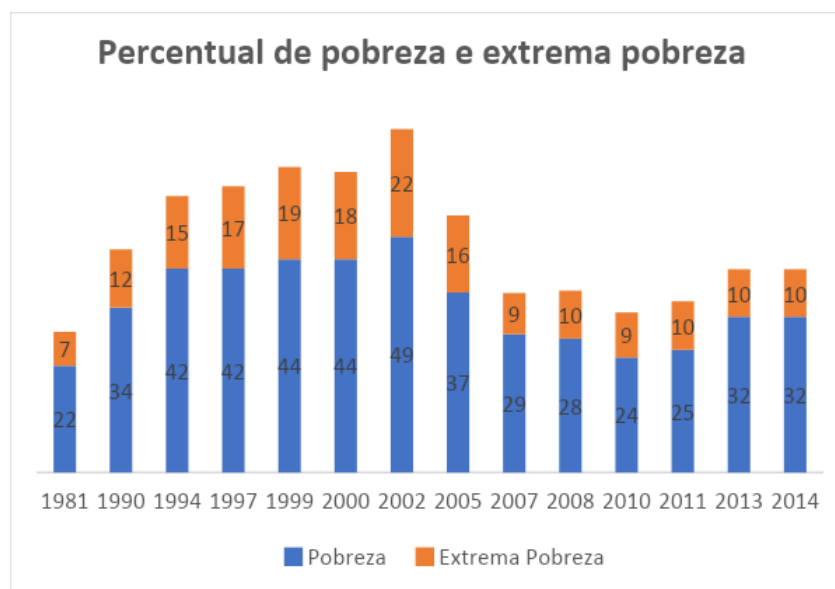
Inegavelmente, a gestão de Chávez foi a mais radical do ciclo de governos de esquerda. Por isso, defendemos que a Venezuela experienciou uma revolução a partir de 1999. Concordamos, desta forma, com as formulações feitas por pesquisadores brasileiros e latino-americanos que, ao abordarem historicamente o tema, também sustentaram essa vertente de análise. Dentre estes, ressaltamos os seguintes: Molina e El Troudi (2004), Gott (2005), Ayala e Quintero (2009), Seabra (2012), Bruce (2016) e Scheidt (2021).

O delineamento do caráter revolucionário do chavismo deriva de algumas bases fundamentais, a seguir examinadas. Apesar desta caracterização, no entanto, consideramos que inexisteram mudanças significativas nas estruturas econômicas e sociais durante a gestão do comandante. A dependência da exportação de petróleo manteve-se, apesar das iniciativas governamentais que almejavam diversificar as suas bases produtivas.

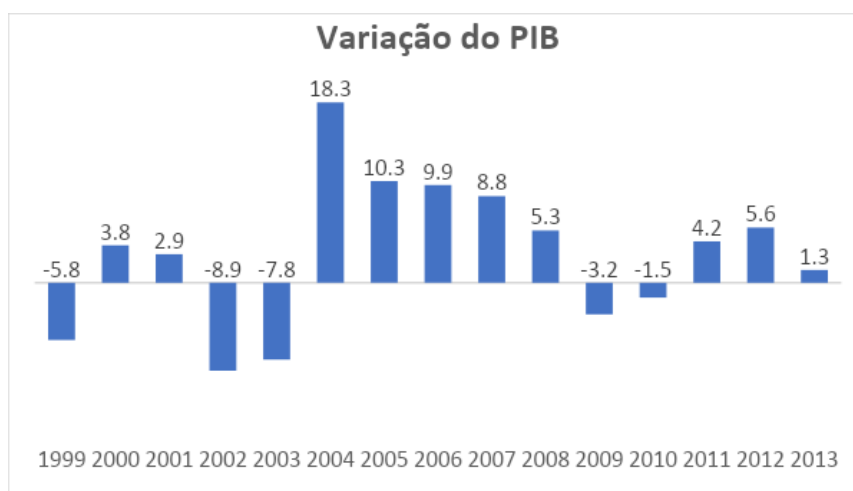
Ao mesmo tempo, não verificamos iniciativas relacionadas à socialização dos meios de produção. Houve, sim, inofensivas ações governamentais vinculadas à constituição de cooperativas e de Empresas de Produção Social (EPS), como ressaltaram os trabalhos de Álvares e Rodríguez (2008) e Alvarez (2010). Estas objetivaram organizar a produção em nível comunitário e em algumas dezenas de fábricas expropriadas. Mas, nada que alterasse a sua infraestrutura econômica.

Quanto aos aspectos sociais, inexisteram mudanças na estrutura de classes durante a gestão de Chávez. A expansão do Produto Interno Bruto (PIB) durante o seu governo possibilitou um contínuo combate à pobreza, à indigência e possibilitaram o acesso a empregos formais. De uma maneira geral, presenciamos uma melhoria nos índices sociais, conforme pode ser aferido nos gráficos a seguir. Egresso do Exército, ele não foi um representante da classe trabalhadora no poder, embora, tivesse realizado políticas públicas que a beneficiaram diretamente.

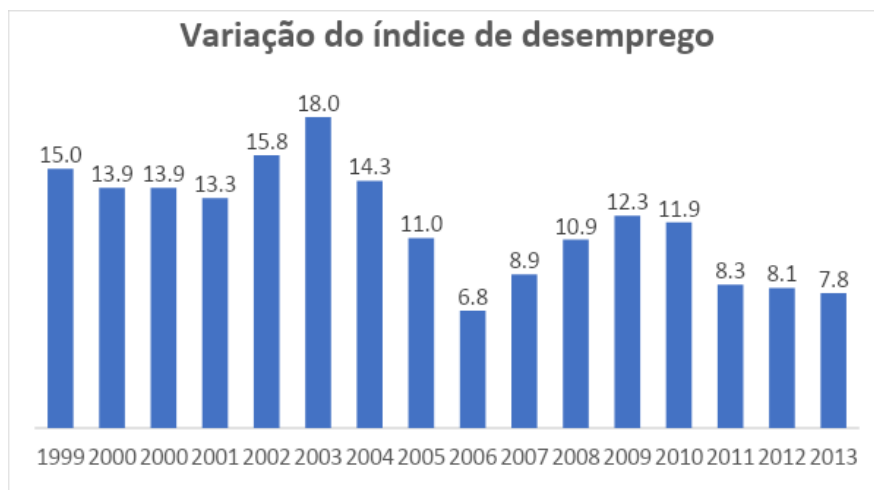




Fonte: CEPAL, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2009, 2010, 2014, 2016.



Fonte: CEPAL, 2000, 2002, 2010, 2016.



Fonte: CEPAL, 2003, 2005, 2010, 2014.

Consideramos a revolução bolivariana de caráter bonapartista.⁶ A vitória eleitoral do comandante ocorreu em um momento no qual inexistiam forças políticas organizadas que pudessem ascender ao governo e construir uma nova hegemonia política. Como abordaremos no próximo tópico deste artigo, Chávez foi a expressão política da crise de hegemonia⁷ desencadeada com o *Caracazo* e que foi aprofundada na década de 1990.

O seu êxito eleitoral derivou da conjugação do ativismo político-social com o colapso da representação política, observados entre aquela rebelião e o escrutínio de dezembro de 1998, como

⁶ A ascensão de Chávez à presidência ocorreu em um momento no qual inexistiam forças políticas organizadas, tanto da direita quanto da esquerda, que pudessem assumir a direção política do país. Aprofundando a análise cunhada por Karl Marx (2006) sobre o caso de Louis Bonaparte na França, em 1851, Leon Trotsky, durante o seu exílio no México entre 1937-1940, elaborou o conceito de Bonapartismo Sui Generis. Seu objetivo foi analisar os governos pós-oligárquicos latino-americanos e, em especial, a gestão de Lázaro Cardenas. Na experiência mexicana, brevemente analisada pelo revolucionário russo, observamos a concessão de benefícios sociais à classe trabalhadora, uma postura nacionalista em termos econômicos e a possibilidade de participação política da classe trabalhadora, ainda que limitada. Nos apropriamos desta análise por acreditarmos que o caso venezuelano liderado por Hugo Chávez é análogo. Ele foi fundamental para a revolução bolivariana, pois cumpriu o papel de mediador entre as classes internas, posicionou o país na luta anti-imperialista, impulsionou a conscientização política e a auto-organização da classe trabalhadora, na qual o projeto das comunas foi central, e possuiu uma postura profundamente antineoliberal, que derivou na defesa do nacionalismo econômico e na proposta do socialismo do século XXI. Ver: TROTSKY, 2000 e MARX, 2008.

⁷ A hegemonia de um grupo social vincula-se a sua capacidade de construção da direção política, ideológica e moral de uma sociedade e, também, do seu controle militar sobre ela. A crise de hegemonia deriva da perda da autoridade moral e ideológica das classes dominantes que, ao serem repudiadas a sua concepção de mundo, mantêm a prevalência na sociedade por meio da coerção militar. Nesse contexto, observamos uma crise revolucionária, que decorre da ruptura entre representantes e representados, e a construção de uma nova hegemonia pelos grupos subalternos (GRUPPI, 1978, P. 78-80). Como analisaremos posteriormente, o bloco liderado pelos indígenas e camponeses apresentou a solução para os problemas socioeconômicos e políticos bolivianos após o ano 2000, por isso, tornou-se politicamente hegemônico.



destacaram McCoy (2007), Ellner (2009) e Maya (2009). Durante este período, o distanciamento entre a classe política e expressivos segmentos da sociedade civil consolidou-se. A insatisfação dos venezuelanos com as suas condições sociais de vida foi expressa, por exemplo, em manifestações de rua e na deslegitimação do sistema político-partidário.

Como demonstrou Maya (2006, P. 88-90), entre outubro de 1989 e setembro de 1998, ocorreram, aproximadamente, 6.500 protestos de rua. As marchas exprimiram a insatisfação com a situação de subsistência e com o sistema político estabelecido em 1958. O descontentamento com a democracia *puntofujista* também pode ser observado no alto índice de abstenção no pleito presidencial de 1998 (36%) e na irrisória votação alcançada por membros das tradicionais agremiações, AD e Copei, como diagnosticado por Lander e Maya (1999, P. 15-17).

Eleições presidenciais venezuelanas (1998)

Candidato	Percentual de votos
Hugo Chávez (MVR)	56,20
Henrique Salas Römer (Projeto Venezuela)	39,97
Irene Sáez (Copei)	2,82
Luis Alfaro Uceró (AD)	0,42
Outros	0,58

Não obstante a Venezuela tenha conhecido, ao longo da década de 1990, uma viva *política de la calle* (Maya, 2006, P. 105), que estabeleceu uma direta confrontação com o poder estabelecido, Chávez foi essencial para a revolução. Ele tornou-se uma expressiva liderança nacional após a frustrada tentativa de golpe de Estado em 1992 e os traços bonapartistas do bolivarianismo fizeram com que ele fosse uma figura central para o seu desenvolvimento, visto que, entre outros aspectos, ele cumpriu o papel de mediador entre as distintas classes sociais do país.

Ao mesmo tempo, ele posicionou a nação caribenha na luta anti-imperialista, impulsionou a consciência de classe e fomentou a auto-organização popular, por meio, em especial, do projeto das



comunas, como debateram Bruce (2016) e Caruso (2019). Ele foi essencial para a postura antineoliberal adotada pela revolução, que derivou na defesa do nacionalismo econômico e na proposição do socialismo do século XXI⁸. A presença desses elementos foram fundamentais para a nossa caracterização do chavismo enquanto revolucionário, como veremos posteriormente.

Apesar de progressista, o bonapartismo bolivariano contribuiu para que a emancipação da classe trabalhadora não ocorresse. Por isso, observamos a ausência de alterações na ordem social durante o governo Chávez. Houve a conciliação de antagônicos interesses de classes e iniciativas que melhoraram as condições de vida dos venezuelanos, por meio das missões sociais criadas pelo seu governo.⁹ Por mais que, em inúmeros discursos, ele impulsionasse no imaginário político a independência da classe trabalhadora e a construção de um novo socialismo, pouco foi realizado, concretamente, para que esses objetivos fossem alcançados.

Apesar da nossa crítica formulação, sustentamos que os venezuelanos experienciaram, de fato, uma revolução, entre 1999-2013, em virtude das mudanças políticas e culturais impulsionadas por Chávez. Dentre elas, ressaltamos as seguintes:

- (i) a realização de uma Assembleia Constituinte, que se tornou um símbolo de refundação nacional. Esta iniciativa foi apoiada pela população ao longo da década de 1990 e foi um ponto central das propostas eleitorais de Chávez, embora, conforme veremos, não estivesse no seu programa;
- (ii) apoio à construção da consciência de classe e ao surgimento de iniciativas de auto-organização popular, como exemplificado no caso das comunas. Cooperou para o primeiro aspecto a contínua mobilização das bases do chavismo. Esta se deu por meio de diversas atividades, tais como: discursos em cadeia nacional de rádio e televisão e programas televisivos, como o *Alô Presidente*;
- (iii) defesa da democracia participativa, representada, por exemplo, no impulso aos referendos, plebiscitos e edificação de espaços de poder popular reconhecidas pela

⁸ O projeto do socialismo do século XXI, impulsionado no Discurso da Unidade de dezembro 2006, que marcou a vitória de Chávez contra Manuel Rosales na disputa presidencial de 2006, não passou, em nossa opinião, de uma amálgama de difusas teorias, como, por exemplo, o iluminismo, o marxismo, o bolivarianismo e o cristianismo professado pelos teólogos da libertação. Economicamente, o projeto chavista aproximou-se mais das experiências nacional-desenvolvimentistas latino-americanas, ocorridas, grosso modo, entre as décadas de 1930 e 1980, do que, de fato, de um projeto socialista. Para um aprofundamento deste debater, ver: ARAUJO (2013) e WEBBER (2019).

⁹ D' Elia e Cabezas (2008) e Briceño e Hurtado (2016) realizaram consistentes análises sobre o conceito e a extensão das missões sociais criadas ao longo da gestão de Hugo Chávez.



Constituição de 1999. O ativismo cidadão foi observado em gestões municipais que promoveram a auto-organização popular e um contínuo agir político participativo, como os transcorridos nos municípios venezuelanos Libertador e Torres, em consonância com o apresentado por Harnecker (2008) e Ador (2016). A defesa das comunas também foi outra relevante ação nesta direção;

- (iv) O fim do analfabetismo, em 2005, como reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e a ampliação do acesso ao ensino superior, por meio, em especial, da Universidade Simón Bolívar, consistem em relevantes exemplos das transformações educacionais impulsionadas pelo chavismo e que foram relevantes para o desenvolvimento da revolução;
- (v) a reivindicação do anti-imperialismo. Essa modalidade de resistência política e cultural, articulada por meio de símbolos, gestos e de um discurso mobilizador, de acordo com Vara (2013) e Wainer (2015), foi empregada por Hugo Chávez para mobilizar heterogêneos grupos político-sociais em nível regional e conformar uma frente anti-estadunidense e latino-americanista, como ocorrido ao longo das décadas de 1960 e 1970 em razão das consequências da revolução cubana;
- (vi) as posturas antineoliberais e pró-socialistas.

Os instrumentos teóricos e analíticos que podem ser mobilizados para definirmos a gestão de Hugo Chávez enquanto revolucionária são amplos. Assim como são densos os debates historiográficos sobre o tema. Evidentemente, as polêmicas e divergências de análises em torno do tema são enormes e mobilizam os pesquisadores dedicados ao estudo da história do tempo presente latino-americana. Por isso, apresentamos alguns debates que consideramos relevantes sobre a história e a historiografia da revolução bolivariana. A seguir, averiguaremos as características da democracia representativa construída em nosso vizinho após a derrocada da ditadura de Marco Pérez Jiménez, em 1958. A compreensão dos seus acertos e desacertos nos auxiliarão no entendimento das motivações para o bolivarianismo revolucionário.

3. A democracia de Punto Fijo: apogeu e colapso



Em janeiro de 1958, a união de militares dissidentes e heterogêneas forças políticas e sociais impulsionou mobilizações populares que desgastaram a ditadura de Marco Pérez Jiménez junto à opinião e, mesmo, entre alguns setores das Forças Armadas. Entre os dias 21 e 23 de janeiro daquele ano, uma greve geral e contundentes manifestações em Caracas e em outras cidades impulsionaram o fim do ciclo autoritário iniciado em 1948. As ações contra o regime autoritário aglutinaram os principais partidos políticos - Ação Democrática (AD), Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei) e União Republicana Democrática (URD), este último na clandestinidade -; a Igreja Católica, frações empresariais, organizações estudantis, sindicatos e grupos de artistas e intelectuais (CABELLERO, 2003, P. 134-141).

Outro protagonista daqueles eventos foi o Partido Comunista da Venezuela (PCV). Embora estivesse na ilegalidade, como a URD, a agremiação foi fundamental nos protestos estudantis e sindicais contra a ditadura, em decorrência da sua forte ingerência nestes movimentos. Os comunistas também foram importantes para o surgimento da Junta Patriótica. Esta frente política reuniu díspares segmentos da sociedade venezuelana e foi central para o estabelecimento do amplo movimento antiditatorial entre os anos de 1956 e 1957 (MARINGONI, 2004, P. 99-100).

Com o iminente fim da ditadura, AD e Copei uniram-se para controlar o sistema democrático vindouro. O isolamento dos grupos mais radicalizados do movimento popular foi articulado pelos dois partidos, que representavam os interesses das classes dominantes do país. Adecos e copeístas, assim, coordenaram a transição para o novo regime civil, que estabeleceu uma pactuada democracia representativa (MARINGONI, 2004, P. 99-100).

O pacto de *Punto Fijo* decorreu destes acontecimentos. Ele foi estabelecido com o intuito de propiciar condições de governabilidade. O seu objetivo central residiu no afastamento dos grupos mais radicalizados das instituições democráticas. As diferenças ideológicas e programáticas entre as agremiações foram amainadas e mesmo a URD, que participou da sua ordenação, foi afastada dos círculos do poder. Em razão disso, entre 1958-1993, AD e Copei alternaram-se no poder e controlaram o executivo e o legislativo venezuelano (MCCOY; MYERS, 2007, P. 4).

Segundo Molina e El Troudi (2004, P. 34-36), o concerto partidário beneficiou as cúpulas da AD, do COPEI e das Forças Armadas, os grandes empresários, os latifundiários e dirigentes do movimento sindical. Sobre este ponto, ressaltamos que Rómulo Betancourt (1959-1964), primeiro presidente do *puntofijismo*, fortaleceu as relações com a Confederação dos Trabalhadores da



Venezuela (CTV), oferecendo-a um papel intermediário entre o governo e os empresários. Com isso, a burocracia deste sindicato tornou-se relevante para o plano de estabilização política, pois freava irrupções reivindicativas do movimento social organizado.

O crescimento econômico entre as décadas de 1960 e, principalmente, de 1970, decorrente, em especial, do fluxo de capitais proporcionados pela exportação de petróleo, cujo preço inflou-se pelas crises petrolíferas de 1973 e 1979, garantiram amparo popular aos governos *puntofijistas*, conforme debateram McCoy (2007) e González (2008).

Naquelas duas décadas, de acordo com Coronil (1997), consolidou-se uma cultura política utilitarista e um modelo de democracia tutelar e paternalista resultante da economia petroleira. Afirmou-se o mito do país rico e do governo benfeitor, visto que foi naturalizada a ilusão do acesso inesgotável aos fundos monetários provenientes da exploração desta matéria-prima. O fácil acesso a recursos materiais por amplos segmentos da sociedade civil durante o auge petrolífero da década de 1970 desenvolveu o mito do “estado mágico” modernizador, provedor e protetor. Ao ruírem as condições financeiras para a manutenção do assistencialismo estatal na década seguinte, a ilusão foi desfeita e a democracia *puntofujista* esfacelou-se.

A profunda depressão econômica experienciada pelos latino-americanos na década de 1980 contribuiu, assim, para o esgotamento do pacto de governabilidade arquitetado em 1958. A partir de 1983, a Venezuela imergiu em recessão. A elevação da dívida externa, que saltou de US\$1,422 bilhões para US\$29,356 bilhões entre 1980 e 1990, conforme demonstrou Urquidi (2005, P. 277-278), criou sérias dificuldades financeiras para os governos de Luis Herrera Campíns (1979-1984) e do seu sucessor, Jaime Lusinchi (1984-1989).

As duas administrações tentaram dismantelar as benfeitorias dos áureos tempos do *boom* petrolífero. Em razão disso, ambos se empenharam para desarticular o intervencionismo estatal e a regulação econômica das décadas anteriores, introduzindo, em seus governos, os pressupostos neoliberais.¹⁰ Estes foram aprofundados no segundo mandato de Carlos Andrés Pérez (1989-1992),

¹⁰ Não objetivamos nesse trabalho analisar a teoria neoliberal. Porém, observamos a necessidade de defini-lo brevemente. Essa doutrina política e econômica defende a conquista do bem-estar humano por meio da liberação das atividades empreendedoras individuais em um ambiente institucional marcado pela garantia dos direitos de propriedade privada, do livre mercado e do livre comércio. Ao contrário do imaginado, a ação estatal tem, aqui, um papel importante. Suas instituições devem garantir tais práticas mediante o pleno exercício das suas funções militares, policiais e legais, assegurando a inviolabilidade da propriedade privada. Ao mesmo tempo, o funcionamento do mercado e a integridade do capital também devem ser preservadas pelo Estado, embora, isso não signifique a apologia do intervencionismo estatal



apesar da forte resistência popular decorrente do *Caracazo*, cuja experiência analisaremos posteriormente.

A eleição de Pérez foi carregada de simbolismo. Ele já havia sido presidente entre 1974 e 1979 e se tornou uma das principais figuras públicas da AD. No imaginário popular, ele personificava os bons tempos da bonança petrolífera, pois, auxiliado pela quadruplicação dos preços do petróleo, a sua gestão promoveu programas estatais que favoreceram o setor produtivo e os segmentos mais empobrecidos da população (LANDER, 2017, P. 129).

As políticas públicas alavancadas em seu governo encarnaram, peremptoriamente, o paternalismo do “estado mágico”. Ao mesmo tempo, como Pérez foi uma das principais representações do *puntofujismo*, supunha-se que a sua presidência impulsionaria a regeneração daquele sistema democrático que apresentava nítidos sinais de esgotamento.

Todavia, a deteriorada situação econômica do país impediu isso. Pérez assumiu o mandato presidencial com uma taxa de inflação de 40,3% e a retração do preço do petróleo durante a 2ª metade da década de 1980 fez com que as reservas financeiras internacionais da Venezuela caíssem de US\$ 13,75 bilhões para US\$ 6,67 bilhões. Com o propósito de criar possíveis soluções para este conturbado cenário econômico, o presidente acordou, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a concessão de um empréstimo de US\$4,5 bilhões (MARINGONI, 2004, P. 110). A contrapartida para esta subvenção seria a implementação de um severo ajuste fiscal que, definitivamente, colocaria a nação caribenha nos trilhos dos paradigmas neoliberais sintetizados para a América Latina e países do antigo Terceiro Mundo pelo Consenso de Washington.¹¹

na economia, que é refutado pelos apoiadores dessa doutrina. O poder público deve, apenas, regular e garantir o pleno funcionamento das atividades econômicas, segundo os apologistas do liberalismo (HARVEY, 2011, P. 11-12).

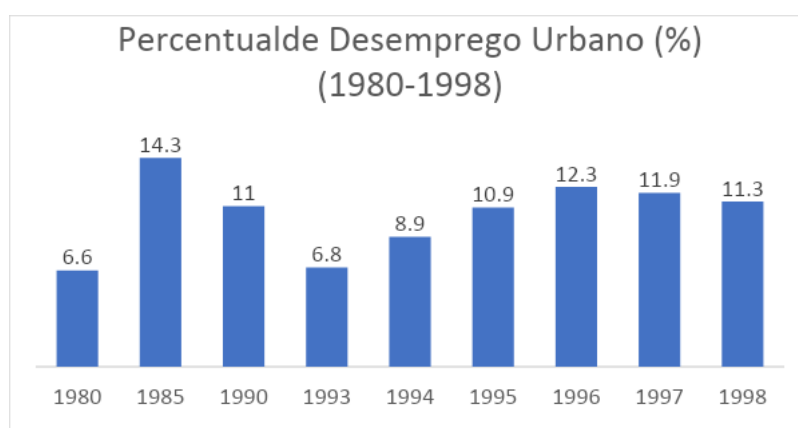
¹¹ A recessão econômica da década de 1980, decorrente da explosão das dívidas externas e da alta inflação, criou as condições para a inserção da América Latina do neoliberalismo. O Plano Brady (1989) – no qual os Estados Unidos negociaram, naquela ocasião, o perdão de parte das dívidas externas dos países periféricos e a reestruturação do seu pagamento com a concessão de novos empréstimos e prazos alargados de quitação – e os ajustes econômicos recomendados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) inseriram as sociedades latinas nos novos paradigmas econômicos, conforme debate Williamson (2012, 584). O Consenso de Washington norteou a sua aplicação. Ele fundamentou-se nos seguintes eixos: I – política fiscal: cortes nos gastos correntes (notadamente em salários, gastos públicos e investimentos/subsídios estatais); II – política monetária: contenção da expansão dos meios de pagamento e do crédito interno, elevação das taxas de juros praticadas pelos Bancos Centrais e controle da inflação; III – política salarial: controle dos reajustes e achatamento; IV - política cambial e de comércio exterior: implantação de taxas de câmbio competitivas e abertura do mercado à concorrência estrangeira, por meio da redução de tarifas aduaneiras e dos subsídios aos produtos nacionais; V – privatizações e VI - canalização das despesas sociais para os mais pobres a partir da implementação de políticas assistencialistas.



O empréstimo demandou os seguintes ajustes macroeconômicos: desvalorização da moeda nacional, redução do gasto público, liberação dos preços, congelamento dos salários, redução dos subsídios agrícolas e fim das restrições às transações internacionais, incluindo o investimento estrangeiro. O acordo previu, ainda, a elevação em 100% do preço da gasolina.

O *Caracazo* ou *Sacudón*, ocorrido entre os dias 27 e 28 de fevereiro de 1989, foi a resposta popular às medidas de austeridade fiscal indicadas pelo FMI. Os dois dias de distúrbios amedrontaram o governo e levaram o então presidente a ordenar uma forte repressão policial e suspender as garantias constitucionais. Além do repúdio às medidas indicadas pelo FMI, as manifestações expressaram o descontentamento com o sistema bipartidário e com o sistema político estabelecido pelo *Punto Fijo*. Igualmente, salientou-se a repulsa à degradação das condições de vida dos venezuelanos, consoante ao apresentado por Colmenarez (1989), Coronil e Skurki (1991) e Lander e Maya (1994).

Segundo dados cepalinos, demonstrados no gráfico anterior, a pobreza e a indigência elevaram-se, respectivamente, em aproximadamente 65% e 85% entre 1981 e 1990. Já o desemprego praticamente duplicou, como podemos observar no gráfico abaixo. Como pano de fundo para o levante popular, incidiram, assim, o descontentamento com as instituições democráticas e a deterioração das condições de vida dos venezuelanos.



Fonte: CEPAL, 2003, 2005, 2010, 2014

Recorremos às reflexões de Lander e Maya (1994, P. 181) sobre o *Caracazo* para ilustrar a sua importância para a história recente venezuelana:

Com o “sacudón” de 1989 revelaram-se com toda claridade os sérios limites e a deterioração dos pactos constitutivos do modelo hegemônico anterior. Fundamentalmente, os grandes partidos políticos, AD e o social-cristão, Copei, assim como as organizações sindicais afins a eles, representada na CTV, eram incapazes de cumprir com a sua mediação entre a sociedade e o Estado. Estas deficiências se prolongaram ao longo dos anos seguintes, produzindo um vazio institucional que acelerou a erosão do sistema político ao promover demandas e saídas por fora dos espaços democráticos (Tradução do autor).

Ellner (2009, P. 31-33) possui uma vertente de análise semelhante à de Maya e Lander. Segundo ele, as transformações iniciadas com o *Caracazo* representaram uma ruptura com o passado *puntofujista* e cooperaram com a perda de legitimidade da sua democracia. Para este autor, como já sublinhamos anteriormente, a insatisfação com as medidas neoliberais, aprofundadas a partir do governo de Pérez, foram determinantes para que o modelo democrático estabelecido em 1958 ruísse.

Os protestos de fevereiro de 1989 e a violenta repressão às manifestações autorizadas por Pérez estimularam o Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200)¹² a buscar, por meio da força, a mudança de governo. Como asseverou Lander (2017, P. 108), em 4 de fevereiro de 1992, militares por ele comandados tentaram promover um golpe de Estado. Apesar do MBR-200 ter vínculos com partidos de esquerda, em especial o Partido de la Revolución Venezolana (PRV) e o La Causa R, estas agremiações não participaram desta iniciativa, que ficou, praticamente, circunscrita a círculos militares, a exceção, como afirmou Briceño (2007, P. 208), do movimento estudantil de Valência, que tentou apoiar os militares sublevados daquela cidade.

O fracasso da operação golpista, denominada pelo MBR-200 de Ezequiel Zamora¹³, deveu-se, centralmente, à capacidade de reação governamental, que conseguiu articular a repressão aos sublevados, apesar de ter sido surpreendido com a operação. Cooperou, igualmente, a lealdade dos chefes militares com ascendência sobre a tropa, que ficaram ao lado do mandatário (BRICEÑO, 2007, P. 205-206).

¹² O MBR-200 foi criado em dezembro de 1982 por Hugo Chávez e outros três militares, a saber: Felipe Acosta Carlez, Jesus Urdaneta e Raúl Baduel. O movimento tinha como uma das suas bandeiras centrais a luta contra a corrupção e o sistema político *puntofujista*.

¹³ Em 27 de novembro de 1992 ocorreu outra insurreição militar. Como a de fevereiro, ela foi desarticulada. Diferentemente da anterior, o levante do final daquele ano foi protagonizado por membros da Marinha e não do Exército. Para um aprofundamento do estudo desse levante, ver: CABALLERO (2004, P. 192-204) e MARINGONI (2004, P. 149-151).



Apesar de preso, no entanto, Chávez saiu politicamente vitorioso daquela fracassada operação. Os seguintes fatores colaboraram para isso: ele assumiu a responsabilidade pela preparação do golpe e fez um esclarecimento público, ainda que breve, das razões para as ações militares. Na ocasião da sua prisão, a sua alocução foi pronunciada em cadeia nacional. Intitulada, na narrativa histórica do tema, de *Por ahora*, esse pronunciamento fez dele a principal expressão política dos que repudiavam as velhas instituições *puntofujistas* e às medidas econômicas neoliberais. Como destacou Lander (2017, P. 108), após estes eventos, “Chávez se converteu numa referência simbólica de alcance nacional”.

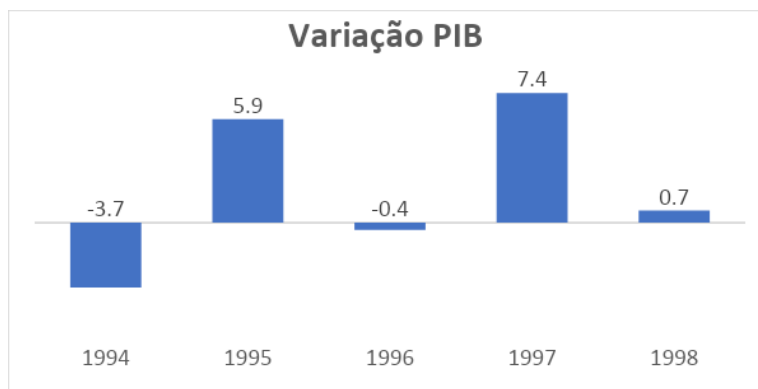
O comandante concentrou em si as expectativas em relação às possíveis transformações sociopolíticas. Outras duas relevantes consequências do *Caracazo* e da frustrada tentativa de golpe devem, ainda, ser destacadas: (i) a fragmentação do bipartidarismo e a ascensão do multipartidarismo na vida política venezuelana e (ii) o contundente abstencionismo nos pleitos eleitorais subsequentes. Em 1993 e em 1998, 40% e 36% dos eleitores, respectivamente, deixaram de votar nos escrutínios para o executivo federal (GONZÁLEZ, 2008, P. 153-153 e 155-157)

Como reiteraram Molina e El Troudi (2004, P. 125-126), em maio de 1993, Pérez foi afastado da presidência pelo Congresso Nacional e pela Corte Suprema de Justiça, em virtude da prática de corrupção. Após o “mandato tampão” do prestigiado historiador Ramón Velásquez, Rafael Caldera, ex-presidente entre 1969-1974, venceu a disputa eleitoral de dezembro de 1993.

Ele foi candidato pelo Convergencia, agremiação que fundou após desfiliar-se do Copei, e formou uma ampla frente eleitoral com movimentos sociais e partidos de esquerda, como o PCV, em uma composição denominada de *El Chiripero*. O seu programa eleitoral foi contrário ao bipartidarismo e ao neoliberalismo e, ao mesmo tempo, atacou a ineficácia das instituições estatais *puntofujistas*. Ao reconhecer os diversos equívocos do sistema político que ele ajudou a construir, Caldera conquistou apoio naquele pleito. Neste sentido, defendemos que, simbolicamente, a sua vitória foi a última anuência da sociedade civil ao *puntofujismo*, mas não ao bipartidarismo que o estruturou.

O governo Caldera foi afetado por forte crise financeira e, por isso, foi incapaz de enfrentar a degradação socioeconômica que afetava a sociedade venezuelana desde o início década de 1980, conforme demonstramos o gráfico a seguir:





Fonte: CEPAL, 1999, 2001

O colapso financeiro aproximou as iniciativas econômicas do seu governo das realizadas por Pérez. Foi negociado um acordo de empréstimo com o FMI e, como contrapartida, elaborou-se a *Agenda Venezuela*. Esta possuiu uma série de medidas de austeridade fiscal, alinhadas às diretrizes neoliberais. Duas delas, em especial, desagradaram profundamente uma parcela dos venezuelanos: a reforma trabalhista e a internacionalização da indústria petrolífera (LANDER, 2017, P. 109).

O descontentamento com a gestão de Caldera auxiliou na deslegitimação do sistema político e fez com que Chávez ampliasse a difusão dos eixos programáticos do MBR-200. Contribuíram para isso as entrevistas realizadas por Vicente Rangel em seu programa *José Vicente Hoy*¹⁴, exibido pelo canal Televen, e que serão analisadas no próximo tópico deste artigo. O prestígio do jornalista e da sua exibição televisiva auxiliou na popularização das ideias políticas do comandante, além de marcar a intensa proximidade entre esses dois relevantes personagens da esquerda venezuelana e da história contemporânea do nosso vizinho.

A intensificação da crise de representação política ao longo do mandato de Rafael Caldera fez com que a proposição de uma Assembleia Constituinte se convertesse em um dos eixos centrais dos compromissos eleitorais de Chávez, conforme constatamos na análise das entrevistas realizadas pelo jornalista. Apesar da centralidade adquirida por essa proposta, asseveramos que esse planejamento foi apresentado vagamente no *Proyecto de Declaración Programática do MBR-200* e na *Agenda Alternativa Bolivariana*, que orientou a sua campanha eleitoral.

¹⁴ No canal do YouTube José Vicente Hoy é possível o leitor acessar inúmeras entrevistas feitas pelo jornalista. Ver: <https://www.youtube.com/channel/UCekNhARBlydmY1J4e3BvdJw> Acesso em: 15 de maio de 2021.



Nos dois documentos encontramos referências à democracia participativa e, principalmente, proposições direcionadas à reversão das políticas neoliberais por meio de sugestões alinhadas ao nacionalismo econômico e à teoria desenvolvimentista. Estes elementos compuseram os eixos centrais do programa do Polo Patriótico, frente eleitoral que se aglutinou em torno do comandante para a eleição presidencial. Ressaltamos, desta forma, que a *Agenda Alternativa Bolivariana* estipulou as diretrizes programática de Chávez em sua primeira eleição, pois, como destacaram Molina e El Troudi (2004, P. 134), a frente única não tinha um programa eleitoral.

Em abril de 1997, o MBR-200 transformou-se em Movimento V República (MVR). A necessidade de registro junto ao órgão eleitoral que a organização pudesse concorrer à eleição presidencial de 1998 levou à mudança de nomenclatura. Na ocasião, a legislação eleitoral vetava que símbolos pátrios, neste caso Bolívar, fossem utilizados para a identificação de entidades políticas. Por isso, a alteração na nomenclatura (LANDER; MAYA, 1999, P. 10).

O MVR formou uma frente única com diversos partidos e movimentos sociais que demandavam transformações políticas e socioeconômicas. Ela foi composta por diversas agremiações de centro-esquerda e da esquerda mais radical, dentre os quais destacamos: Pátria Para Todos (PPT), junto com o MVR um pilar central da frente eleitoral, Movimento ao Socialismo (MAS), grupos do La Causa Radical (LCR), Movimento Eleitoral do Povo (MEP) e PCV (LANDER; MAYA, P. 11).¹⁵

Os seguintes eixos programáticos, sinteticamente citados, guiaram a composição da frente eleitoral, de acordo com Molina e El Troudi (2004, P. 137-142): os ataques a AD e ao Copei, expressões centrais do bipartidarismo; a promessa de realização da Assembleia Constituinte, identificada enquanto o meio fundamental para a superação da democracia *puntofujista*; o repúdio às práticas políticas e econômicas neoliberais e a defesa de um projeto nacionalista de desenvolvimento econômico; compromissos favoráveis a transformações culturais, educacionais e sociais e a reivindicação da integração latino-americana, definida enquanto um importante meio para a recuperação da soberania nacional diante dos impactos, vistos enquanto negativos, da globalização.

A eleição de Chávez inaugurou uma nova fase das histórias venezuelana e latino-americana. Um dos seus impactos mais significativos consistiu no impulso à refundação nacional por meio das

¹⁵ No artigo Venezuela. La Victoria de Chávez, ao qual recorreremos para a elaboração deste texto, Lander e Maya (1999) fazem uma profunda análise da gestão do governo de Rafael Caldera, da composição do Polo Patriótico e dos resultados eleitorais de 1998. A referência deste trabalho encontra-se ao final deste artigo.



Assembleias Constituintes. Como afirmamos, as revoluções democrática e cultural (Bolívia) e cidadã (Equador) lideradas, respectivamente, por Evo Morales e Rafael Corrêa, incorporaram essa iniciativa e a transformação em um dos emblemas centrais destas revoluções. A seguir, avaliaremos o entrelaçamento das trajetórias de Vicente Rangel e Chávez e os seus impactos para a história política venezuelana.

4. Considerações finais

Como expusemos neste artigo, a ascensão de Hugo Chávez à presidência ocorreu em um momento no qual inexistiam forças políticas organizadas que tivessem legitimidade para assumir o governo, em razão da crise de hegemonia. Devido a isso, conceituamos a sua liderança como bonapartista e traçamos os aspectos personalistas da revolução. Coube ao comandante mediar os conflitos de classes, impulsionar a conscientização política e fomentar a construção de instrumentos que possibilitassem a auto-organização popular.

O bonapartismo deste processo histórico gerou consequências que nos levam à compreensão do colapso político e socioeconômico experienciado pelos venezuelanos desde 2013. O carisma da liderança política adicionado à frágil autonomia de parcela majoritária dos movimentos sociais em relação ao governo e à ausência de um partido revolucionário, que se coadunasse à perspectiva de construção do novo socialismo, conforme propôs Chávez em 2006, fizeram com que a revolução dependesse de sua figura.

Dessa forma, não é surpreendente a crise política que se instalou no país após o seu falecimento. Por mais que o comandante tenha tido irrefutáveis acertos na condução do bolivarianismo, ele não conseguiu conter a ascendência das Forças Armadas, da burocracia do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) e da boliburguesia na direção política deste processo.¹⁶ Estes três segmentos fortaleceram o seu protagonismo durante os 14 anos de governo e beneficiaram-se materialmente da expansão econômica decorrente da elevação dos preços internacionais das *commodities* entre 2003-2014, que reavivou o “estado mágico”.¹⁷

¹⁶ A boliburguesia é a denominação utilizada para a referência a um conjunto de empresários que se alinhou à revolução e enriqueceu às custas dos cofres públicos.

¹⁷ Em relação ao ciclo das *commodities* referenciado, ver: WEBBER (2019, P. 108-113).



Apesar dos equívocos, Chávez conduziu o bolivarianismo nos marcos da democracia e do constitucionalismo. Dentre os vários aspectos que consideramos relevantes na análise do chavismo “com Chávez”, ressaltamos a constante postulação da participação popular, via ocupação das ruas, construção do estado comunal e consultas eleitorais.

Igualmente, ele reivindicava constantemente a Constituição de 1999, que era um dos símbolos centrais da revolução bolivariana. Por isso, em seus discursos, havia a defesa inequívoca da Carta Magna e do seu conhecimento pela sociedade civil. Para Chávez, ela era um bastião fundamental que instrumentalizava o agir político participativo que foi constantemente defendido em sua gestão.

Todavia, um equívoco central do comandante foi a não construção de eventuais sucessores políticos. Ele não combateu o personalismo da revolução. Pelo contrário. Esta marca aprofundou-se ao longo do seu mandato, ao mesmo tempo que os vínculos com a cúpula burocrática do chavismo foram intensificados.

Na ausência de herdeiros políticos, antes de partir para a sua última viagem de tratamento contra o câncer, em Havana, no início de dezembro de 2012, ele indicou Nicolás Maduro como o seu sucessor. A sua nomeação almejou dois objetivos: transferência de votos, caso falecesse, e união do PSUV. A unidade dos chavistas em torno deste personagem decorreu de três aspectos: o irrestrito apoio das Forças Armadas, a legitimidade entre os principais aliados latino-americanos, sobretudo os cubanos, em virtude do seu papel de Chanceler entre 2006-2012, e a pouca rejeição entre os militantes do partido.¹⁸

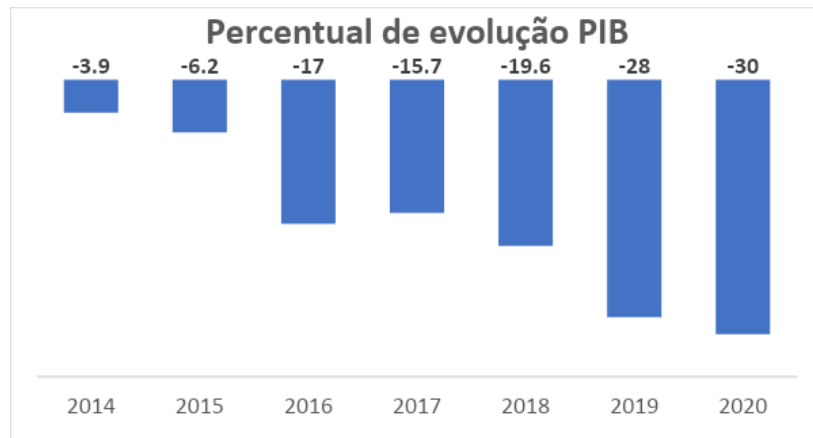
Maduro foi empossado presidente em março de 2013, após o falecimento do comandante. Em abril, ele foi eleito presidente, com 50,61% dos votos, em uma acirrada disputa com o opositor Henrique Capriles, representante da Mesa da Unidade Democrática (MUD), que obteve 49,12% (CNE, 2013). O reconhecimento dos logros socioeconômicos do chavismo e o clamor popular pela morte do comandante impulsionaram o seu êxito eleitoral.

A forçada transição política, no entanto, coincidiu com o fim do ciclo de crescimento econômico observado entre 2004 e 2013, conforme exposto em gráfico que compõe a segunda parte

¹⁸ Nicolás Maduro é um chavista histórico. Foi um dos homens de confiança de Chávez e na ocasião de sua eleição possuía credibilidade internacional. Ele começou sua militância política na Liga Socialista, quando era estudante secundarista. Durante a década de 1990, foi motorista de ônibus das unidades terrestres da empresa “Metrobus”, que complementava o serviço do metrô da capital venezuelana. Na 2ª metade da década de 1990 ingressou no MBR-200, foi deputado constituinte em 1999, deputado do parlamento unicameral e entre 2006-2012 foi ministro de Relações Exteriores, cargo que ocupou até outubro de 2012, quando foi designado vice-presidente.



deste texto. Após um leve crescimento econômico em 2013, que girou em torno de 1,3%, a Venezuela colapsou e o seu PIB retrocedeu bruscamente, em concordância com o exposto no gráfico abaixo.



Fonte: CEPAL, 2019.

Os impactos dos boicotes econômicos realizados pela burguesia venezuelana e os Estados Unidos, como ocorrido no Chile, de Salvador Allende, no início da década de 1970, auxiliaram na compreensão da falência econômica dos nossos vizinhos. Todavia, isso não serve como argumento para mascararmos a incapacidade da gestão de Nicolás Maduro em criar mecanismos que retirem o país do seu atoleiro econômico.

A crise socioeconômica fez com que o chavismo desidratasse e a oposição conservadora fortalecesse-se. Em dezembro de 2013, nas eleições municipais, tivemos o avanço da MUD que, naquele momento, representava a oposição à direita. Em termos percentuais, o governista PSUV obteve 48,69% dos votos e a MUD teve 39,34% (CNE, 2013). Nas eleições parlamentares de 2015, a MUD fortaleceu-se ainda mais. O PSUV angariou 40% dos votos e a MUD teve 56% (CNE, 2015).

O crescimento eleitoral da oposição alavancou o golpismo em seus setores mais radicalizados. Esta opção iniciou-se em fevereiro de 2014, quando, por meio do movimento *La Salida*, presenciamos pressões pela renúncia de Maduro. A partir de então, com o irrestrito apoio da mídia internacional, os opositores desencadearam violentas manifestações de rua e lideraram ações institucionais que desgastaram politicamente o governo Maduro.

Os enfrentamentos com os grupos golpistas da oposição fizeram com que Maduro aprofundasse os seus vínculos com a burocracia do PSUV e com as Forças Armadas. Paralelamente, ampliou-se a

ascendência sobre as instituições democráticas. Essa guinada de Maduro levou ao descolamento de inúmeros chavistas históricos, como a então procuradora Luisa Ortega Díaz, o ex-ministro do Planejamento Jorge Giordani e o ex-presidente da Petróleos de Venezuela Sociedade Anônima (PDVSA), Rafael Ramírez. Parte do chavismo dissidente reuniu-se na Plataforma de Defesa da Constituição, que é integrada por ativistas políticos, intelectuais e militares que romperam com o governo.

Reconhecemos que, a partir de 2009, houve um paulatino recrudescimento das direitas e da luta de classes na América Latina. Acreditamos que este cenário foi possibilitado pela estagnação econômica da região e, após 2014, fez com que os índices de desemprego e pobreza fossem ampliados, conforme vemos na tabela abaixo. Além disso, o esgotamento do pacto de conciliação de classes promovido pelos distintos governos da onda rosa contribuíram para este cenário.

Percentuais de desemprego, pobreza e expansão do PIB latino-americano

Ano	Desemprego	Pobreza	Crescimento do PIB
2014	6,1	27,8	1,2
2015	6,6	29,1	-0,2
2016	7,9	30,0	-1,0
2017	8,1	30,1	1,2
2018	8,1	30,1	1,0
2019	8,0	30,8	0,1
2020	10,7	37,3	-7,7

CEPAL, 2019, 2021

A intensificação da luta de classes fez com que melancólicas páginas do passado de golpes de Estado fossem reavivadas na região. Em Honduras (2009), no Paraguai (2012), no Brasil (2016) e na Bolívia (2019) a solução para as crises políticas e para as disputas entre as classes dominantes e os governos de esquerda deu-se por meio da ruptura institucional.

A avaliação sobre o fortalecimento da direita latino-americana e os recentes golpes de Estado não servem, contudo, para neblinar a nossa avaliação acerca da gestão de Nicolás Maduro. Além da



incompetente gestão econômica, que impulsionou a crise humanitária referenciada no início deste artigo, seu governo, desde 2017, adotou medidas inconstitucionais e fortaleceu a postura autoritária. Além da arbitrariedade na repressão aos opositores, simbolizaram esse caminho a votação para a Constituinte, em 2017, e a eleição presidencial, em 2018, ambas boicotadas por diversos setores das oposições e que tiveram uma alta abstenção em torno de 54% e 68%, respectivamente, segundo o Conselho Nacional Eleitoral.

Embora defendamos que a gestão de Maduro tenha assumido traços autoritários desde 2017, há base social em seu entorno. Ele não se sustenta no poder apenas pelo controle das instituições venezuelanas e pelo apoio das Forças Armadas. Na eleição presidencial de 2018, por exemplo, ele obteve 6,2 milhões de votos, segundo cifras do Conselho Nacional Eleitoral (CNE). Em 23 de fevereiro de 2019, as bases sociais do PSUV foram para as ruas apoiar o governo e rechaçar a maneira pela qual Juan Guaidó, autoproclamado presidente, em janeiro daquele ano, queria levar ajuda humanitária ao país. Assim, reconhecer o lastro social de Maduro e do PSUV é importante para qualquer reflexão que busque compreender a complexa crise política do nosso vizinho e as possíveis saídas dessa situação.

Nicolás Maduro não está na mesma prateleira de ícones revolucionários latino-americanos. A sua gestão encarna o burocratismo das cúpulas das Forças Armadas e do PSUV que desvirtuaram a revolução dos trajetos favoráveis à auto-organização popular e à conscientização política que Chávez defendia. Embora reconheçamos os negativos impactos do boicote econômico norte-americano ao longo dos últimos seis anos ou as sabotagens realizadas pela burguesia venezuelana, não nos perfilamos ao lado dos grupos que associam a profunda deterioração socioeconômica, política e humanitária da Venezuela, apenas, as ações dos inimigos históricos da revolução e ao imperialismo norte-americano. Os equívocos de Nicolás Maduro devem ser avaliados e debatidos. Por isso, apresentamos algumas reflexões que consideramos pertinentes sobre o tema, embora saibamos que este debate deve ser feito de maneira mais aprofundada.



Referências bibliográficas

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (1999) - Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso: 23 de maio de 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2000) - Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso: 23 de maio de 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2004) - Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso: 23 de maio de 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2006) - Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso: 23 de maio de 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2008) - Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso: 23 de maio de 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2009) - Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso: 23 de maio de 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2010) - Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso: 23 de maio de 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2014) - Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso: 23 de maio de 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2017) - Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso: 23 de maio de 2020.



Anuario estadístico de América Latina y el Caribe (2019) - Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso: 23 de maio de 2020.

ADDOR, Felipe. *Teoria Democrática e Poder Popular na América Latina*. Florianópolis, Editora Insular, 2016.

ÁLVAREZ, Víctor e RODRÍGUEZ, Davgla. *Guía teórico-práctica para la creación de EPS (Empresas de Producción Socialista)*. Caracas, Fundación la Pupila Insomne, 2008.

ÁLVAREZ, Víctor. *Del Estado burocrático al Estado comunal – La transición al socialismo de la Revolución Bolivariana*. Caracas, Centro Internacional Miranda, 2010.

ARAUJO, Rafael Pinheiro de. *Discursos políticos comparados: indigenismo e bolivarianismo (1992-2012)*. Tese de Doutorado em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.

ARAUJO, Rafael Pinheiro de. *A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente*. Recife, Livro Rápido, 2009.

AYALA, Maria e QUINTERO, Pablo (comps). *Diez años de Revolución en Venezuela – Historia, Balance y Perspectivas (1999-2009)*. Buenos Aires, Editorial Maipue, 2009.

Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2019). Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45000-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2019> Acesso: 10 de março de 2020.

Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2019). Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45000-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2020> Acesso: 15 de dezembro de 2020.

BRICEÑO, Gustavo Tarre. *El 4F - El espejo roto*. Caracas, Ediciones Dulia, 2007.

BRICEÑO, Alberto Hurtado; HURTADO, Sadcidi Zerpa de. Misiones sociales en Venezuela: concepto y contextualización. *Sapienza Organizacional*. Ano 3, n. 6, 37-64, 2016.

BRUCE, Mariana. *Estado e democracia nos tempos de Hugo Chávez (1998-2013)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

CABELLERO, Manuel. *Las crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992)*. Caracas: Alfadil Ediciones, 3ª edição, 2003.



CARROLL, Rory. *Comandante – A Venezuela de Hugo Chávez*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

CARUSO, Danilo Spinola. *Decifrando a Revolução Bolivariana: Estado e luta de classes na Venezuela contemporânea*. Tese de Doutorado, Departamento de História, UFF, 2017.

COELHO, André Luiz; MENDES, Mateus. A sofisticação do neogolpismo: dos protestos de 2013 à destituição de Dilma Rousseff. *Sul Global*, vol. 1, n. 1, 212-232, 2020.

COLMENAREZ, Elio. *La insurrección de febrero*. Caracas, Ediciones La Chispa, 1989.

CORONIL, Fernando. *El estado mágico*. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela. Caracas: Editorial Alpha, 2013.

CORONIL, F.; SKURSKI, J. Dismembering and Remembering the Nation: The Semantic of Political Violence in Venezuela. *Comparative Studies in Society and History. An International Quarterly*, vol. xxxiiii, n. 2, 288-337, 1991.

D' ELIA, Yolanda e CABEZAS, Luis Francisco. *Las Misiones Sociales en Venezuela*. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/05576.pdf> Acesso: 26 de junho de 2021.

Divulgación municipales 2013. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/resultado_municipal_2013/r/1/reg_000000.html? Acesso: Jan/2014.

Divulgación Elecciones Asamblea 2015. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/divulgacion_asamblea_2015/ Acesso: Jan/2016.

Divulgación presidenciales 2013. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/resultado_presidencial_2013/r/1/reg_000000.html? Acesso Ago/2013.

ELLNER, Steve. The Distinguishing Features of Latin America's New Left in Power: The Chávez, Morales, and Correa Governments. *Latin American Perspectives*, vol. 39, n. 1, 96–114, 2012.

ELLNER, Steve. Las reformas neoliberales y la crisis política venezolana, 1989-1999: antecedentes de la llegada de Hugo Chávez al poder. In: AYALA, Maria e QUINTERO, Pablo (comps). *Diez años de Revolución en Venezuela – História, Balance y Perspectivas (1999-2009)*. Buenos Aires: Editorial Maipue, 2009.

GOLINGER, Eva. *El Código Chávez*. Editorial de Ciencias Sociales: Havana, 2005.

GONZÁLEZ, Franklin. *40 años de democracia económica, social y política en Venezuela (1959-1999)*. Caracas: Litho Express, C. A., 2008.



- GOTT, Richard. *Hugo Chavez and the Bolivarian Revolution*. London-New York: Verso, 2005.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- GRANELL, Franz Manuel von Bergen. *Auge y declive de la hegemonia chavista*. Caraca: Universidad Católica Andres Bello, 2016.
- GUERRERO, Modesto Emilio. *Chavismo sin Chávez*. Buenos Aires: Ediciones B, 2013.
- LANDER, Edgardo. Venezuela: a experiência bolivariana na luta para transcender o capitalismo. *Movimento – Crítica, Teoria e Ação/Movimento Esquerda Socialista*. Ano 2, vol. 1, n. 6, 101-156, 2007.
- LANDER, Edgardo; MAYA, Margarita Lopez. Venezuela. La victoria de Chávez. El Polo Patriótico en las elecciones de 1998. *Revista Nueva Sociedad*, n. 160, 1999.
- HARNECKER, Marta. *Gobiernos comunitarios*. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2008.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 2ª Edição.
- LEYTON, Juan Carlos Gómez. La revolución en la Historia – reflexiones sobre el cambio político en América Latina. In: RAJLAND, Beatriz; COTARELO, María Celia. *La revolución em el bicentenario – reflexiones sobre la emancipación, clases y grupos subalternos*. Buenos Aires: Clacso, 2009.
- MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MARINGONI. *A Revolução Bolivariana*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- MARCANO, Cristina e TYSZKA, Alberto Barrero. *Hugo Chávez Sem Uniforme – uma história pessoal*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.
- MAYA, Margarita López. El movimiento bolivariano: ascenso al poder y gobierno hasta 2008. In: AYALA, Maria; QUINTERO, Pablo (comps). *Diez años de Revolución en Venezuela – História, Balance y Perspectivas (1999-2009)*. Buenos Aires: Editorial Maipue, 2009.
- MCCOY, Jennifer L; MYERS, David J. (orgs.). *Venezuela: Del Pacto de Punto Fijo al Chavismo*. Caracas: Los Libros de El Nacional, 2007.



MOLINA, Luis Bonilla; TROUDI, Haiman el. *Historia de la Revolución Bolivariana*, Pequeña Crónica 1948-2004. Caracas: Ministerio de Comunicación e información, 2004.

MAYA, Margarita López; LANDER, Edgardo. La transformación de una sociedad “petrolera-rentista”: desarrollo económico y viabilidad democrática en Venezuela. In: GAITAN, Pilar; PEÑARANDA, Ricardo; PIZARRO, Eduardo (orgs.). *Democracia y Reestructuración económica en América Latina*. Bogotá: Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional, Cerec, 1994.

MAYA, Margarita López. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Caracas: Alfadil Ediciones, 2006.

OTERO, German Sánchez. *Abril sin censura – golpe de Estado en Venezuela*. Caracas: Editorial Correio del Orinoco, 2012.

RAMONET, Ignacio. *Hugo Chávez – Minha Primeira Vida*. São Paulo: Geração Editorial, 2018.

SEABRA, Raphael Lana. *A Primeira Revolução do Século XXI? Bolivarianismo e Socialismo na Venezuela*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, UNB, 2012.

SCHEIDT, Eduardo. 20 anos da Revolução Bolivariana na Venezuela: um balanço em perspectiva histórica. In: SARMIENTO, Erica; ARAUJO, Rafael. *América Latina em debate: questões do tempo presente*. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2021.

SILVA, Fabrício Pereira da. O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, vol. 4, n. 2, 165-170, 2018.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. *Neogolpismo*. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/128159-41146-2009-07-13.html> Acesso: 23 de março de 2020.

TROTSKY, Leon. *Escritos latinoamericanos*. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky. 2ª Edição, 2000.

TROTSKY, Leon. La industria nacionalizada y la administración obrera. In: *Escritos latinoamericanos*. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000, 3ª Edição. Disponível em: <https://ceip.org.ar/La-industria-nacionalizada-y-la-administracion-obrera-1> Acesso: 01 de fevereiro de 2020.



URQUIDI, Víctor L. *Outro siglo perdido* - Las políticas de desarrollo en América Latina (1930-2005). México: Fondo de Cultura Económica, 2005

VARA, Ana Maria. *Sangre que se nos va*. Naturaleza, literatura y protesta social en América Latina. Sevilla: CSIC, 2013.

WAINER, Luis. Posneoliberalismo y antiimperialismo en la primera etapa de proceso chavista. In: KOZEL, Andrés, GROSSI, Florencia; MORONI, Delfina (coords.). *El imaginario antiimperialista en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones del Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini/CLACSO, 2015.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade* – Volume I. Brasília: Editora da UNB, 2009, Reimpressão.

WEBBER, Jeffery. Mercado mundial, desarrollo desigual y patrones de acumulación: la política económica de la izquierda latinoamericana. In: GAUDICHAUD, Franck; WEBBER, Jeffery; MODONESI, Massimo. *Los gobiernos progresistas latinoamericanos del siglo XXI* - Ensayos de Interpretación Histórica. UNAM, 2019.

WILLIAMSON, Edwin. *História da América Latina*. Lisboa: Edições 70, 2016, 2ª Edição.

Artigo submetido em 01/08/2022, aceito em 16/10/2022 e publicado em 10/12/2022.

